

pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede à discussão pública da alteração da licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 197/79, passado em nome de Maria Helena de Magalhães Meneses, respeitante ao terreno localizado à Rua de António Montenegro, freguesia de Leça do Balio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos sob o n.º 00738/060490.

Mais torna público que a referida alteração foi requerida por Sérgio Ricardo Pereira de Carvalho para o lote 8-A e consta do seguinte:

Aumento da área de implantação — (48 m²) de 117 m² para 165 m²;
Aumento de área de construção — (96 m²) de 234 m² para 330 m²;
Construção de anexos com 45 m².

Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, dentro do prazo de 15 dias após publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série.

10 de Abril 2007. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Pinto*.
2611039444

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Aviso (extracto) n.º 14 996/2007

Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, se torna público que foi renovado, por mais um ano, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo de Maria Virgínia Martins Valente para o desempenho de funções de técnico superior de 2.ª classe, jurista, com efeitos a partir de 10 de Agosto de 2007.

5 de Julho de 2007. — O Vereador, com competências delegadas, *Jorge Paulo Colaço Rosa*.

2611039305

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso n.º 14 997/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 12 de Julho de 2007, foram nomeados para os lugares de cantoneiro de limpeza, vagos neste quadro de pessoal, Ângelo Miguel Machado Jorge, Carlos Nuno Rodrigues Ventura, Diolinda Moreira Tavares, Carlos Manuel Correia Alexandre, Maria Antónia Cascalheira Machado, Maria Clara Mourato dos Santos, Manuel Martins Coelho e Hélder Rui Mascate Ferreira, candidatos classificados respectivamente do 7.º ao 14.º lugares no concurso externo de ingresso para provimento de seis lugares de cantoneiro de limpeza, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2007.

Devem os mesmos tomar posse dos referidos lugares no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui Manuel Marques Garcia*.

2611039349

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Aviso n.º 14 998/2007

Nomeação de técnico profissional especialista/desenho

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no n.º 1, alínea *a*), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Julho de 2007, e na sequência de concurso realizado, foi nomeado no lugar de técnico profissional especialista de desenho o candidato Adriano Jorge Pires Seixas de Sousa, o qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (O processo em causa não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

26 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Joaquim da Silva Danado*.

2611039511

Aviso n.º 14 999/2007

Nomeação de técnico profissional de 1.ª classe de sistemas de informação geográfica

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no n.º 1, alínea *a*), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Julho de 2007, e na sequência de concurso realizado, foi nomeado no lugar de técnico profissional de 1.ª classe de sistemas de informação geográfica o candidato Carlos Alexandre Charneca Leal, o qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (O processo em causa não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

26 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Joaquim da Silva Danado*.

2611039513

Aviso n.º 15 000/2007

Nomeação de técnico superior de 1.ª classe de planeamento regional e urbano

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no n.º 1, alínea *a*), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Julho de 2007, e na sequência de concurso realizado, foi nomeada no lugar de técnica superior de 1.ª classe de planeamento regional e urbano a candidata Rita Sofia Costa Gomes Dionísio, a qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (O processo em causa não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

26 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Joaquim da Silva Danado*.

2611039519

Aviso n.º 15 001/2007

Nomeação de técnica superior de 1.ª classe de engenharia do ambiente

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no n.º 1, alínea *a*), do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Julho de 2007, e na sequência de concurso realizado, foi nomeada no lugar de técnica superior de 1.ª classe de engenharia do ambiente a candidata Cândida Isabel Fragoso Martins, a qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (O processo em causa não está sujeito a visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

26 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Joaquim da Silva Danado*.

2611039521

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Aviso n.º 15 002/2007

Alteração ao loteamento municipal do prédio n.º 241-D, da freguesia de Santo Agostinho

José Maria Prazeres Pós-de-Mina, presidente da Câmara Municipal de Moura, torna público que, em cumprimento do deliberado pelo executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no dia 18 de Julho de 2007, de harmonia com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, articulado com o artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, se encontra aberto o período de discussão pública sobre a proposta de alteração ao uso inicialmente previsto para o lote 39 do loteamento municipal do prédio n.º 241-D, da freguesia de Santo Agostinho, deste concelho.

A alteração proposta é para instalação de um jardim infantil. Dos parâmetros urbanísticos — para esta infra-estrutura propõe-se uma área de implantação máxima de 1000 m², composta por um só piso, a que correspondem os coeficientes de afectação e ocupação ao solo 0,52. A alteração proposta tem enquadramento em PDM, no n.º 5 do artigo 25.º, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/96, de 17 de Janeiro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 46, de 23 de Fevereiro de 1996, posteriormente alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2003, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2003. Mantêm-se os restantes parâmetros urbanísticos previstos para o loteamento em causa.

O período de discussão pública inicia-se no 8.º dia útil após a publicação deste aviso no *Diário da República* e decorrerá nos 15 dias subsequentes.

A proposta para consulta estará patente na Secção Administrativa do Departamento Técnico, sita à Calçada do Castelo, em Moura.

Os interessados poderão apresentar por escrito as sugestões ou reclamações que entendam por conveniente, dentro do prazo estabelecido e dirigidas ao presidente da Câmara.

Para constar, se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais públicos do estilo, publicado no *Diário da República* e na comunicação social.

3 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Maria Prazeres Pós-de-Mina*.

2611039572

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Aviso n.º 15 003/2007

Torno público que, pelo meu despacho de 2 de Agosto do corrente ano, no uso das competências que me são delegadas através do despacho n.º 679/2007/P, de 2 de Abril, nomeio na categoria abaixo indicada o candidato Aurélio Nuno dos Santos Cabrita, aprovado em estágio na sequência do concurso externo de ingresso para um lugar de técnico superior estagiário com vista ao provimento de um técnico superior de 2.ª classe — licenciado em Engenharia do Ambiente, pertencente ao grupo de pessoal técnico superior, posicionado no escalão 1, índice 400, a que corresponde o vencimento ilíquido de € 1307.

A presente nomeação produz efeitos desde o dia 16 de Agosto do corrente ano. (Processo isento do visto do Tribunal de Contas — Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

3 de Agosto de 2007. — O Vereador, em regime de permanência, *Carlos Alberto Silva Oliveira*.

2611039394

CÂMARA MUNICIPAL DE PENEDONO

Aviso (extracto) n.º 15 004/2007

Gabinete de Apoio Pessoal

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 30 de Julho de 2007, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 73.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 74.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, exonerei Carlos Rogério Abrunhosa Carvalho das funções de secretário do meu Gabinete de Apoio, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007.

2 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rodrigues de Carvalho*.

2611039503

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 15 005/2007

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de 12 de Julho de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso limitado para dois lugares de técnico profissional especialista principal da carreira de desenhador, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

2 — O concurso é válido para as presentes vagas.

3 — A este concurso poderão candidatar-se indivíduos que obedecem aos requisitos mencionados na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, bem como os respectivos requisitos específicos constantes na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — O vencimento respeitante à categoria é o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — O conteúdo funcional do cargo a prover é o descrito no despacho n.º 351/87, de 29 de Abril.

6 — O local de trabalho é na área do concelho de Ponta Delgada.

7 — Na selecção dos concorrentes será utilizada o seguinte método de avaliação, sendo-lhe atribuída uma classificação de 0 a 20 valores:

Avaliação curricular, destinada a avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área do presente concurso, tendo como base a análise do respectivo currículo profissional, considerando e ponderando, de acordo com a exigência da função, a habilitação académica de base, a formação e aperfeiçoamento profissional, a experiência profissional, bem como a classificação de serviço.

8 — Na classificação final adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, e será obtida através da aplicação da fórmula definida pelo júri.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta de reunião do júri do concurso de 27 de Julho de 2007, que será facultada aos candidatos que a solicitam.

10 — As candidaturas serão formalizadas mediante requerimento, entregue pessoalmente ou remetido por correio, com aviso de recepção, dentro do prazo de abertura do concurso, à presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, sito à Rua de Santa Luzia, 18, Matriz, 9500-114 Ponta Delgada, e dele deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, nacionalidade, número, datas de emissão, validade e serviço emissor do bilhete de identidade, número de identificação fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações académicas;

c) Identificação do concurso a que se candidata, assim como do *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso e declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e assinatura;

d) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevante para apreciação do seu mérito ou que constituam motivo de preferência legal, desde que devidamente comprovados.

11 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Currículo profissional, devidamente comprovado;

b) Bilhete de identidade e cartão de contribuinte;

c) Documento comprovativo das habilitações académicas;

d) Declaração passada e autenticada pelo organismo a que se encontra vinculado, donde conste a natureza do vínculo, a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço dos últimos três anos.

Os funcionários pertencentes a estes serviços estão dispensados da apresentação dos documentos atrás referidos nas alíneas b), c) e d).

12 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

13 — As listas de candidatos admitidos ao concurso e de classificação final dos concorrentes serão afixadas, para consulta, nos lugares de estilo desta Câmara Municipal e serão notificados os candidatos de acordo com o estipulado nos artigos 34.º, 38.º e 40.º do referido Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, consoante os casos.

14 — O local de trabalho é na área do concelho de Ponta Delgada.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Foi consultada a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público para os efeitos previstos no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, a qual deu informação de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, na categoria de técnico profissional especialista principal da carreira de desenhador, através do ofício n.º 5996, de 18 de Julho de 2007.

17 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr. Pedro Filipe Rodrigues Furtado, vereador.

Vogais efectivos:

Dr. João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa, chefe de divisão Administrativa, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Engenheira Maria Margarida Ferreira Viveiros Santa Clara de Brito, directora do Departamento de Obras e Apoio Técnico.

Vogais suplentes:

Engenheira Isabel Maria Rabiais Juromito Silva, chefe de divisão de Infra-Estruturas Viárias e Urbanas.